

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DE SANTANA****Data: 24/10/2018****Hora: 09:00 h****Local: Sala de reuniões da Companhia Docas de Santana****1. EXPEDIENTE:****1.1 – Assinatura da lista de presença:**

Conforme registrado na lista de presença, a qual é parte integrante desta ATA, compareceram: Robson Marcos Gualberto do Carmo, Presidente do CONFIS; membros: Silvio César Barreto Trigueiro, Lucílio Selmi de Figueiredo Nunes e, como convidados para assessorar os trabalhos, Diretor Operacional, Victor Hugo Holanda da Silva; Chefe da Seção Operacional, Odenilson Ferreira Guidão da Silva; Chefe da Divisão Contábil e Financeira, Presidente da Comissão Permanente de Licitação-CPL, Uélliton Nogueira da Silva; e Leila Pires Vieira, Secretária da Companhia Docas de Santana.

1.2- Comunicação da presidência

O Presidente do Conselho Fiscal (CONFIS), Sr. Robson Marcos Gualberto do Carmo, deu início aos trabalhos cumprimentou e agradeceu a presença de todos desejando uma reunião de sucesso.

1.3 Comunicações dos Conselheiros

Não houve comunicação por parte dos conselheiros.

1.4 - Aprovação da ata anterior

A ata da reunião anterior foi aprovada.

2 - ORDEM DO DIA**2.1- Apresentação do Relatório de Execução Contábil e Financeira do mês de setembro de 2018.**

Depois de cumpridas as formalidades legais, incluindo a assinatura da lista de presença, existindo quórum legal, o Presidente do Conselho Fiscal (CONFIS), Sr. Robson Marcos Gualberto do Carmo convidou o Chefe da Divisão Contábil e Financeira, Sr. Giovanny Rodrigues da Silva, para discorrer sobre o Relatório de Execução Contábil e Financeira referente ao mês de setembro de 2018. Com a palavra o Sr. Giovanny Rodrigues saudou e explanou o supracitado relatório informando que a receita total arrecadada em setembro de 2018 foi de R\$ 316.625,38. E a Receita Operacional de R\$ 222.296,54, sendo 29,89% referente às movimentações de containeres; 56,72% correspondem à movimentação de farelo de soja (proteína concentrada de soja) pela empresa Caramuru e sua agência; 10,27%



correspondem a combustível e sua agência 3,11% utilização de equipamentos portuários. Prosseguindo sua explanação informou que o total da Receita Patrimonial de R\$ 72.037,19 que foram recebidos: R\$ 13.853,80 referente ao contrato de servidão de passagem de setembro de 2018 da AMCEL; R\$ 20.146,72 contrato de transição de agosto a setembro de 2018 da AMCEL; R\$ 17.118,47 uso de área de setembro de 2018 da Caramuru; R\$ 20.918,20 uso de área de setembro de 2018 da Cianport. Mencionou que de receita financeira foram recebidos R\$ 1.062,34 referente aos rendimentos das aplicações financeiras. No item outras receitas ocorreram os seguintes recebimentos: R\$ 21.229,31 referente ao ressarcimento pelo TJAP das despesas com a empregada cedida Ângela Dias correspondente ao mês de abril e junho de 2018 e resgate dos processos judiciais. Em seguida, informou que as despesas realizadas em setembro de 2018 foram de R\$ 881.747,40, sendo a despesa com pessoal no valor de R\$ 511.036, 53. Analisando as despesas com pessoal em relação à receita verificou-se que no mês de setembro de 2018 foram utilizados 161,40%, e no acumulado do ano 72,68%, portanto acima do limite legal permitido pelo Estatuto Social desta Companhia, consoante o artigo 39 que fixa o limite máximo anual de 60% (sessenta por cento) para despesas com pessoal e encargos sociais. Neste momento, o Presidente questionou o que ocasionou esse aumento de mais de 10.000,00 (dez mil reais) nas despesas com pessoal. O Sr. Giovanny Rodrigues informou que se deu devido às férias dos servidores. Mencionou que a Receita arrecadada no ano de 2018 se encontra em R\$ 6.326.425,00 e a despesa realizada de R\$ 6.843,165, 72, obtendo-se uma diferença, um resultado negativo de R\$ 516.713,72. Quanto ao faturamento totalizou em 6.668.174,21. Já o índice de inadimplência de 2018 encontra-se em 8,93% (equivalente a R\$ 595.150,84) e a de 2017 corresponde a R\$ 192.785,52. Na oportunidade, O Conselheiro Silvio perguntou se houve alguma mudança com relação a captação de receita, salientou que se continuar desse jeito a consequência será o fechamento da empresa. Complementando o Conselheiro Lucilio Selmi reiterou a necessidade em buscar alternativas para arrecadar outras formas de receitas. Disse que em reunião passada relatou que a CDSA se preocupa em cobrar do Município, que no momento está sem condições de efetuar o pagamento, em vez de fazer a cobrança das tarifas das balsas que utilizam o canal de acesso da CDSA. Na ocasião o Conselheiro Silvio César perguntou se existe o registro dessas balsas. Foi informado pelo Sr. Uélliton Nogueira, que na CDSA não, mas tem como conseguir com a SEFAZ esse registro. O Conselheiro Lucilio Selmi



mencionou que atualmente tem se empenhado em buscar formas de captar recursos para CDSA. Disse que em conversa com um representante do CREA o mesmo aprendeu um método para fazer fiscalização. Informou que é feito a arrecadação por meio do sistema do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), para liberação de licença do CREA. Disse que já sugeriu ao Município de Santana para que adote esse método. Silvio César ressaltou que é necessário os funcionários se empenharem, pois há mais de um ano e meio o Conselho vem cobrando que seja feita a referida cobrança e até o momento nada, perguntou quanto que seria o valor, caso fosse cobrado. Segundo o Conselheiro Lucílio Selmi seria arrecadado mais de 800,000,00 por ano (oitocentos mil reais). Com a palavra o Sr. Giovanni Rodrigues informou que se reuniu com o Sr. Uélliton Nogueira e outros servidores da CDSA, com a Diretoria Executiva (DIREX) e nessa reunião foi sugerida algumas propostas para que a CDSA consiga arrecadar mais receitas. Uélliton Nogueira, acrescentou que além das propostas também sugeriram formar uma comissão com objetivo de ajudar a CDSA se levantar, onde foi proposto aceitar mexer no salário, se for o caso. O Presidente do Conselho parabenizou os servidores da CDSA pela atitude de reunir-se com a DIREX com intuito de buscar alternativas para que a CDSA não venha se afundar ainda mais. Complementando os demais conselheiros parabenizaram e incentivaram os funcionários a formar comissão e levar junto a diretoria para dirimir essas questões, fazer contenção de gastos, inclusive foi sugerido pelo Conselheiro Lucílio Selmi que forme a comissão e converse com o gestor majoritário. O Presidente do Conselho recomendou que a DIREX ouça as propostas e faça um esforço para atendê-las principalmente a que diz respeito a reformulação de despesas, incluindo redução salarial dos funcionários da CDSA, fazer o balizamento do canal de acesso e as formas de arrecadação de receita. Silvio César manifestou-se reiterando a necessidade em se fazer algo para mudar a situação financeira da Companhia. O Conselheiro Lucílio Selmi informou que o gestor municipal não tinha conhecimento da real situação da empresa e que o mesmo o comunicou e alertou-o na semana passada. Neste momento o Sr. Giovanni Rodrigues mencionou que essa situação vem se arrastando desde o ano passado. Salientou que os funcionários não poderão abdicar dos seus direitos, mas poderão fazer um termo aditivo para usufruir lá na frente quando a empresa conseguir se erguer novamente. Silvio César ressaltou que o problema está potencializado porque não está sendo feito nada, nem na esfera de despesa nem na de captação de recursos. Giovanni Rodrigues disse que prefere que reduza



10 a 15 % (dez a quinze por cento) do seu salário do que perder 100%. Com a palavra, o Sr. Uélliton Nogueira relatou acerca das multas aplicadas pela Agência Nacional de transportes Aquaviários (ANTAQ). Disse que as multas parecem inerentes as despesas da CDSA. Foi dito pelo Conselheiro Lucilio Selmi que está faltando comunicação. Destacou a necessidade em se ter uma pessoa responsável para resolver essas questões. Retomando a palavra Giovanni mencionou que já citou em reunião com a DIREX que tem dois cargos que não estão no organograma que é de extrema importância, um seria para elaborar projetos e o outro para assessorar em Brasília-DF, contando que esse assessor realmente cumpra a sua função. Frisou a importância dos projetos, sendo perguntado pelo conselho quais os projetos mais urgentes a serem feitos, tendo como resposta pelo servidor Uélliton Nogueira que seria o projeto de via de acesso. Na oportunidade, o Presidente falou que ganhou esse projeto pronto e repassou para o Gestor Municipal de Santana. Lucilio relatou que falta conseguir uma emenda para poder colocá-lo em prática. Retomando Uélliton mencionou sobre a área que está na justiça pelo fato da Intermaq romper o contrato, por conta da mesma possui uma Área de Prevenção Permanente (APP), constada pelo Instituto Meio Ambiente do Amapá (IMAP) Silvio César disse que esse não é o problema, pois a área do porto é pública. Falou que é preciso fazer o ante projeto. Lucilio Selmi reiterou a necessidade em se ter um responsável para cuidar dessa pendência nesse caso sugeriu que seja o engenheiro florestal. O Presidente reiterou que existe outra forma do Porto arrecadar fazendo a cobrança de fornecimento de água e energia elétrica do porto, explicou que é obrigatório os navios quando atracarem no porto desligarem sua energia e passe a consumir a do porto. Relatou se o porto não tem recurso, sugeriu que faça parceria com outras empresas. Foi perguntado pelo conselheiro Silvio César se a parte elétrica do Píer está regularizada. O Sr. Odenilson esclareceu que é preciso refazer que não tem noção de como está hoje. Explicou que como a delegação não é do porto encaminhou solicitação por meio de Ofício, de um engenheiro para mapear a rede elétrica do porto, mas não obteve resposta. Na sequência, Giovanni citou o projeto relevante que é a ampliação do píer 02. Na ocasião, o Sr. Odenilson frisou que a ampliação irá esbarrar em um problema, pois a empresa Caramuru fez a instalação do shiploder por dentro do píer 02. Foi perguntado pelo Presidente se a permissão dessa instalação foi da DIREX, se passou pelos conselhos, sendo respondido por Odenilson Guidão que foi autorizada pela gestão passada. Prosseguindo o Presidente solicitou que fosse



consignado em ata a solicitação das cópias dos contratos das empresas Caramuru e Cianport para conhecimento do Conselho. O Conselheiro Lucilio selmi sugeriu que o ideal é fazer parceria com a iniciativa privada. Sendo assim, considerando que os projetos estejam prontos sugeriu que monte uma equipe e leve até os parlamentares. Ponderou que o mais importante no momento é conseguir a verba. Prontificou-se a orientar e dar embasamento a equipe que for elaborar o projeto. Complementando o Conselheiro Silvio falou que o projeto não precisa estar pronto no momento, esclareceu que, de imediato e relevante se ter o objeto e o valor do mesmo. Após os esclarecimentos disse que se em fevereiro ainda estiver no Conselho poderá fazer o projeto, pois no momento não disponibiliza de tempo para elaborá-lo. Ressaltou que o que está faltando é montar várias equipes de trabalho. O Presidente solicitou que assim que o projeto fique pronto apresente a todos os parlamentares com objetivo de pelo menos um deles tenha interesse e abrace o projeto. Enfatizou a relevância do porto para o estado. Disse que a França tem interesse em escoar soja pelo porto de Santana. O Conselheiro Lucilio perguntou quais os demais problemas de infraestrutura do porto, além dos que o Sr. Uélliton Nogueira expôs. Prosseguindo, recomendou que a DIREX faça um levantamento das principais necessidades do porto em relação a infraestrutura, obra civil e equipamentos. Mencionou que o projeto tem que estar bem especificado, inclusive os valores. Prosseguindo o Presidente perguntou se houver alguma licitação, como não houve, pediu para que suspendesse a apresentação do relatório da Comissão Permanente de Licitação. Sem mais comentários passou a palavra ao Sr. Odenilson Guidão, que colocou em discussão acerca das cobranças tarifárias das balsas que passam no canal de acesso. Disse que nessa gestão foi discutida, mas até agora não recebeu a autorização para fazer a referida cobrança, devido ser temeroso cobrá-las, por não ter o balizamento do canal e devido a essa questão ser multado pela ANTAQ. Em seguida, distribuiu cópia da normativa. Foi perguntado pelo Presidente, se os navios e as balsas efetuam esse pagamento, sendo respondido pelo Sr. Guidão que são cobradas tarifas dos navios e das balsas de farelo. De acordo com o conselheiro Lucillio Selmi disse que não deixaria de cobrar. No momento os conselheiros mencionaram que não entendiam por que a CDSA ainda não tinha feito a referida cobrança. Uélliton apontou o projeto do balizamento como um item importantíssimo a ser conseguido com os parlamentares. Conselheiro Silvio César solicitou detalhes sobre o andamento das providencias referentes ao balizamento e o Sr. Odenilson Guidão esclareceu que há



necessidade em se fazer adequações, ou seja, refazer a batimetria. Retomando a palavra Silvio César sugeriu verificar o quantitativo de boias a serem instaladas. Disse que o problema é executar o projeto devido a falta de recursos, sinalizadores fazia a aferição do projeto e se prontificou a ajudar na elaboração do projeto. Lucilio Selmi sugeriu ao Sr. Odenilson fazer um ofício a ANTAQ, justificando a situação financeira da CDSA, e a necessidade em se fazer a cobrança. Concluída as discussões o Presidente finalizou agradecendo a todos os presentes.

3 – ASSUNTOS GERAIS.

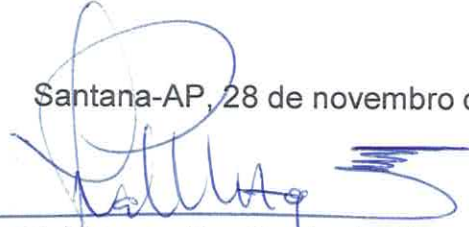
3.1 - O que ocorrer:

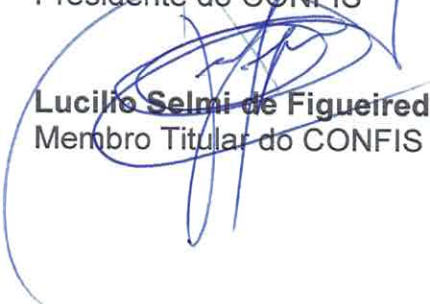
O Conselho definiu a data da próxima reunião para o dia 28 de novembro de 2018. Encerrada a reunião, eu, **Leila Pires Vieira**, na qualidade de Secretária, lavrei a presente ATA que, após lida e analisada, será assinada por mim, pelo senhor Presidente do CONFIS e demais conselheiros.

Santana-AP, 28 de novembro de 2018.


Leila Pires Vieira
Secretária


Silvio César Barreto Trigueiro
Membro Titular do CONFIS


Robson Marcos Gualberto do Carmo
Presidente do CONFIS


Lucilio Selmi de Figueiredo Nunes
Membro Titular do CONFIS